

## EDITORIAL

### VOL. 3, Nº 1 (2017)

---

A Revista Estudos Institucionais acaba de publicar seu mais novo número. Trata-se de uma edição muito especial para a Equipe Editorial. Após árduo trabalho e intensa colaboração dos membros da comunidade acadêmica, desde leitores a autores e avaliadores, nosso periódico recebeu sua primeira classificação pela Comissão *Qualis* de Periódicos para o Direito: B1.

Essa nota representa um importante reconhecimento das metas alcançadas e dos objetivos perseguidos pela Revista nos últimos anos. Sentimos uma profunda gratidão pela confiança depositada neste canal de comunicação científica, o que nos estimula a aperfeiçoar cada vez mais a qualidade de nossos trabalhos.

A presente edição oferece um dossiê focado na temática do *Estado Administrativo*, coordenado por Máira Almeida. Cientes de que grande parte das pesquisas produzidas, nas últimas décadas, dedicou-se à análise de fenômenos e aspectos encontrados na atividade jurisdicional, propusemos expandir o debate para a relação do Poder Judiciário com outras instituições igualmente relevantes para a concretização de normas constitucionais e para a garantia e a promoção de direitos aos indivíduos no complexo e incerto contexto contemporâneo.

Por isso, a provocação inicial selecionada foi o artigo *Decisões Racionalmente Arbitrárias no Direito Administrativo*, de Adrian Vermeule, que temos a inestimável honra de publicar em nosso periódico sob o formato bilíngue.

Entre seus debatedores, o dossiê conta com a prestigiosa participação de professores especialistas na matéria, convocados a fomentar e a direcionar as discussões que se pretendem aprofundar nacionalmente ao redor do Estado Administrativo: Carlos Ragazzo, Sérgio Guerra, Egon Bockmann Moreira, Eduardo Jordão e Daniel Mitidieri. Recomendamos enfaticamente a leitura desse enriquecedor material!

Nossa seção de artigos científicos é composta por dez manuscritos, sendo dois deles publicados em formato bilíngue, a fim de lhes proporcionar maior divulgação. No primeiro artigo, Mike Klarman discute de modo interessante e sucinto os principais aspectos da pesquisa que resultou em seu mais recente livro: *The Framers's Coup: the Making of the United States Constitution*. No segundo, Richard Pildes discute o sistema de financiamento de campanhas eleitorais nos Estados Unidos diante de um contexto de fragmentação política e polarização, propondo, como alternativa, algumas visões menos romantizadas da democracia.

Em seguida, Anderson Vichinkeski Teixeira e João Luiz Rocha do Nascimento discutem os limites da mutação constitucional, tema que tem se mostrado muito sensível a nossa realidade institucional, a partir de um referencial teórico hermenêutico-filosófico. Carlos Vitor Nascimento dos Santos aborda diversas questões relacionadas à colegialidade dos órgãos jurisdicionais, dentro de uma agenda de pesquisa muito promissora no país.

Há duas pesquisas dedicadas especialmente ao controle de constitucionalidade. Alexandre Walmott Borges *et. al.* comparam modelos teóricos de controle de constitucionalidade e avaliam a expansão desta prática com a tensão existente entre Constituições formais e materiais. Por sua vez, Orlando Sampaio Silva e Flávia Pessoa fornecem uma crítica, sob um enfoque habermasiano, à legitimidade democrática da jurisdição constitucional brasileira, a despeito dos influxos recebidos do neoconstitucionalismo e das modernas proposições discursivas e argumentativas do pós-positivismo.

Além de questões relacionadas à história constitucional, ao “direito da democracia” e a desenhos institucionais encontrados nas Cortes Constitucionais, algumas contribuições inovadoras completam a diversificação desta edição. Guilherme de Mello Rossini e Rodrigo Luís Kanayama trazem uma original abordagem dos tributos afetados, tão negligenciados no Brasil atualmente, a partir da teoria da escolha pública. João Daniel Daibes Resque e Dorival Fagundes Cotrim Junior extraem da Filosofia Política uma avaliação crítica dos avanços e da atual insuficiência do liberalismo político nos planos do sufrágio e da deliberação. Gustavo Rabay Guerra *et. al.* se juntam a um movimento de vanguarda que aproxima Pragmatismo Jurídico e Direito Processual Civil, com base nos avanços trazidos pelo Novo Código de Processo Civil por meio de seu sistema de precedentes e do *amicus curiae*. Por fim, Alice Rocha da Silva e Telma Firme expõem o Direito Administrativo Global, um campo ainda pouco explorado no país, para demonstrar sua importância para o movimento de responsabilidade social que reconduziu os influxos do desenvolvimento econômico no mundo globalizado.

Muito satisfeita com a qualidade das pesquisas divulgadas por meio desta edição e muito grata pela inestimável contribuição recebida de autores e pareceristas, a Equipe Editorial deseja uma boa leitura!

Equipe Editorial.